



Direito Administrativo I
Prova Global – Turma Pós-Laboral
08.01.2021

Grelha de Correção

Indicam-se as matérias a abordar na resolução do caso prático na resposta à questão prática:

Leia atentamente o caso prático seguinte:

Em 15 de Janeiro de 2018, a Direcção do Instituto de Investigação Molecular, de natureza pública, deliberou delegar no seu Conselho Consultivo a totalidade das competências que lhe estavam cometidas estatutariamente, por Decreto-Lei.

Observando esta decisão, ainda não publicada a 20 de Março seguinte, o Conselho Consultivo entendeu subdelegar no seu Presidente a competência disciplinar sobre os funcionários do Instituto. Do mesmo modo, invocando os poderes recebidos, o Conselho Consultivo atribuiu a totalidade das verbas disponíveis a título de subsídios a uma associação privada, em desfavor dos outros candidatos, que assim ficaram excluídos liminarmente. Fundamentou esta dotação com o particular interesse que a linha de investigação apresentava no quadro de uma eventual crise energética mundial. E, bem assim, que na ausência de norma regulamentar aplicável prevalecia o seu poder discricionário para decidir.

1 – Comente todas as situações que se lhe afigurem juridicamente relevantes.

- i – Regime jurídico e erro de direito no fundamento da delegação de poderes;
- ii – Efeitos da não publicação da delegação;
- iii – Regime da subdelegação de poderes;

iv – Violação dos princípios de igualdade e da proporcionalidade, este último do ponto de vista da sua adequação;

v – Regime do poder discricionário.

Cotação: 10 valores

2 – Relacione o princípio da adequação procedimental com o princípio do inquisitório no quadro dos objectivos assinalados ao procedimento administrativo (CPA).

i – Âmbito de aplicação de ambos os princípios;

ii – Limites da adequação procedimental;

iii – O poder de ir além do contributo dos interessados e discricionariedade procedimental.

Cotação: 10 valores